

UM OLHAR SOBRE ÁREAS POBRES EM VITÓRIA DA CONQUISTA – BA: PENSANDO O PROCESSO DE FAVELIZAÇÃOⁱ

Gracielle Jones Alves

Graduanda em Geografia/ UESB,
E-mail: graciellejones@hotmail.com

RESUMO:

O objetivo principal desse artigo é analisar o processo de formação das áreas pobres na cidade de Vitória da Conquista, discutindo o conteúdo da vida, a forma como as pessoas das classes populares habitam, direcionando para a discussão do processo de favelização. Em campo, foram feitos levantamentos bibliográficos e documentais sobre a formação das mesmas; realizadas entrevistas com moradores de algumas áreas e com pessoas dos órgãos públicos; visualização das suas condições de reprodução da vida. A discussão sobre processo de favelização ultrapassa os limites das formas, adentrando no conteúdo da vida das pessoas que nele estão envolvidas, o que permite identificar a ocorrência desse fenômeno em áreas aparentemente não favelizadas de Vitória da Conquista. Assim, pode-se dizer que essas áreas passam por um processo de favelização no que diz respeito ao conteúdo de vida das pessoas que as habitam.

PALAVRAS CHAVE: apropriação, favelização, habitação, pobreza, urbanização.

INTRODUÇÃO

Produto do modo capitalista de produção, a sociedade dividida em classes reproduz as desigualdades e contradições sociais, políticas e econômicas, as quais afetam diretamente a população que vive sob a lógica desse sistema. Dentro dessa dialética, vários direitos humanos, principalmente os básicos, lhes são negados, especialmente quando se trata de uma população pauperizada, visto que essa está sendo sempre furtada quanto aos mesmos, interferindo, portanto, na reprodução digna da vida.

Como decorrência desses aspectos, notam-se atualmente em Vitória da Conquista as fortes contradições sociais e econômicas, visíveis através do oferecimento e da negação desses direitos às diferentes classes sociais, as quais são produto do próprio capitalismo.

Com base nesses pressupostos, este artigo traz como tema a discussão sobre o processo de ocupação de três áreas pobres na cidade de Vitória da Conquista, e sobre a forma como vivem os moradores dessas áreas, tendo por objetivo analisar como se desenvolveu esse processo e como tem se dado a dinâmica de vida desses moradores atualmente.

Para tanto e visando a melhor compreensão do leitor, esse artigo está organizado em três partes. Na primeira, será feita uma discussão acerca do processo de favelização; na segunda, será abordado sobre o processo de formação das áreas estudadas; e na terceira será discutido sobre a realidade vivida pelos moradores dessas áreas nos dias atuais.

EM TORNO DA DISCUSSÃO SOBRE O PROCESSO DE FAVELIZAÇÃO.

A discussão sobre o processo de favelização abarca outras questões como a da pobreza. Essa última vem sendo abordada por vários autores, como Andrade, Serra e Santos (2001), que a discute com base nas abordagens das linhas de pobreza. Com base nas reflexões levantadas por esses autores, pode-se dizer que a pobreza pode ser definida como sendo o resultado de um conjunto mais amplo de negação ou falta de acesso aos recursos que possibilitam a obtenção ou o acesso àquilo que seja necessário não só para a sobrevivência, mas para a reprodução da vida individual e social dessas pessoas em uma determinada sociedade. Nesse sentido, as ideias levantadas por Torres, Marques, Ferreira e Biatar (2003) contribuem para essa discussão ao possibilitar pensar a pobreza não apenas com base nas condições de sobrevivência e sim por meio das condições de reprodução da vida humana dentro da sociedade capitalista, dando margem a refletir sobre o direito ao habitar, ao viver e ao apropriar-se a cidade.

Assim, as argumentações desenvolvidas pelos autores supracitados aproximam-se bastante da forma como a entendemos e do ponto de partida da nossa discussão sobre a temática. Isso porque entende-se que a pobreza não se define simplesmente pelo poder de compra do indivíduo por ligações dos mesmos a programas governamentais ou, ainda, pelo não-acesso dessas pessoas apenas aos serviços básicos de moradia, saúde e educação, mas por todo o conjunto de negação dos direitos mencionados anteriormente, sendo esses fundamentais para a reprodução digna da vida.

Outros processos que também estão diretamente relacionadas com o de favelização são os de segregação e periferização. Carlos (2007) e Lefebvre (1991) abordam a questão da segregação socioespacial nas cidades capitalistas, realçando a questão da sobreposição do valor de troca ao de uso do espaço urbano, apontando para as mudanças que esse fator provocou na cidade. A isso, Lefebvre denomina de

“implosão-explosão” da cidade, criando um novo estilo de vida urbana que delimita e limita os espaços e as possibilidades de apropriação dessa.

Segundo Carlos (2007, p. 95), “o ato de morar revela, antes de mais nada, o modo como o processo de segregação se realiza espacialmente”. Assim, esse ato mostra a contradição entre as diferentes classes, com relação às possibilidades de apropriação e uso dos serviços e espaços da cidade e, também, a negação dos direitos básicos para a reprodução digna da vida humana, à população pobre. Desse modo, e tomando por base as ideias de Lefebvre (1991), esse momento inicia-se com a industrialização por meio do qual “o social urbano é negado pelo econômico industrial”, comportando-se como um “poder negativo da realidade urbana”, que destrói e reconstrói a cidade sob uma nova reflexão urbanística que se sucede a um “urbanismo sem reflexão”, possibilitando a redução do habitar ao habitat, expressa na formação dos subúrbios.

A formação da periferia pobre, de acordo com as ideias de Lefebvre (1991), vem como consequência não do aumento da população das cidades, mas da lógica industrial que adentra tais espaços, por meio da sociedade capitalista, metamorfoseando-os. Portanto, essa lógica que tira o homem do campo e o traz para a cidade é a mesma que os direciona para as periferias desurbanizadas, restringindo-lhe a possibilidade de reprodução digna da vida e o acesso aos benefícios urbanos. Essa periferia surge como alternativa do onde morar, por parte da população pobre, diante dessa nova realidade que tomou a cidade, transformando-a em mercadoria, por meio da privatização, tanto da terra quanto dos espaços públicos, seja direta ou indiretamente.

Quanto ao processo de favelização, Rodrigues (1988) traz a ideia de que a favela pode ser entendida, antes de mais nada, como uma válvula de escape para a sobrevivência humana, por parte da parcela pobre da sociedade, visto que a moradia é uma necessidade e, também, um direito básico de todo ser humano, sendo, portanto, fator essencial à vida. Destarte, a favela, apesar de não ser uma solução ideal, do ponto de vista da reprodução digna da vida, é a que apresenta as possibilidades de realização dessa nos limites de uma cidade orientada pelo capital, em que o valor de troca está sobreposto ao valor de uso.

Ao abordar essa temática, Faria (2004) traz o discurso de Gonçalves (1992), que ressalta a questão das relações estabelecidas no cotidiano da favela, tão importantes para o processo de reprodução da vida. Desse modo, com base nas ideias de Faria, no interior

dessas se desenvolve um modo diferenciado de vida, em que prevalecem as relações coletivas, a reciprocidade e a solidariedade como mediadoras das relações sociais. As “relações de sobrevivência” ou o “morar”, segundo a autora, tornam-se uma forma de organização e luta que permite a essas pessoas a realização da vida, dentro da cidade capitalista.

Foi com base nesses pressupostos que adotamos neste artigo o conceito de favela, enquanto espaço de reprodução da vida, em que há a negação dos direitos supracitados e, conseqüentemente, a uma habitação digna. Ou seja, nos fundamentamos na análise do conteúdo da realização da reprodução da vida humana nesses espaços, em detrimento da análise da forma física dos mesmos, ainda que haja articulação entre ambos.

FORMAÇÃO DAS ÁREAS POBRES EM VITÓRIA DA CONQUISTA.

Neste tópico, trataremos a discussão sobre o processo de formação do espaço localizado no bairro Boa Vista, nas proximidades da Lagoa de Decantação da Empresa Baiana de Água e Saneamento - EMBASA, que fica a sudeste da cidade. Buscaremos fazer uma articulação desse primeiro espaço com os que estão localizados à oeste e sudoeste, entre a BA-262 e a BR-116, próximos aos arredores do Anel Rodoviário que circula a cidade, sendo um correspondente ao espaço que abrange parte do bairro Jardim Valéria e do loteamento Copacabana II, e o outro à parte do bairro Cidade Modelo que margeia o Anel Rodoviário (FIGURA 01).

Segundo os moradores mais antigosⁱⁱ, o processo de ocupação dos dois primeiros espaços começou entre o final da década de 1980 e início da década de 1990; já o do terceiro espaço (bairro Cidade Modelo), teve início no final da década de 1990. Portanto, são provenientes de uma dinâmica urbana mais recente, em que Vitória da Conquista começou a passar por um processo acentuado de valorização do solo urbano, bem como pelas transformações decorrentes da lógica industrial como discutido alhures.

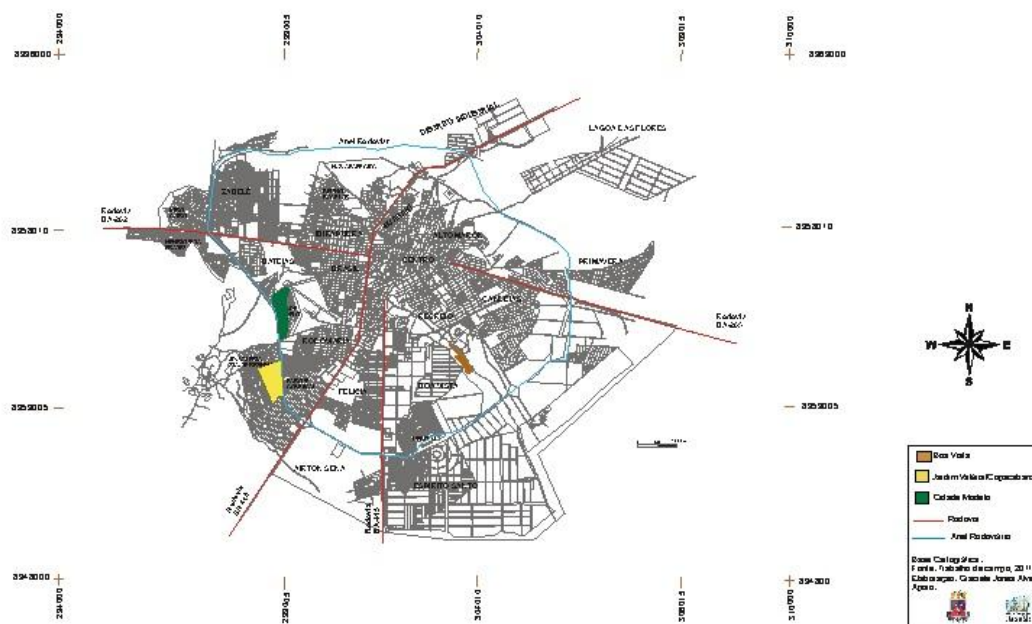


Figura 01- Mapa de localização das áreas

Com base nas informações obtidas em entrevistas com Rui Medeiros e com os moradores desses bairrosⁱⁱⁱ, nos dois primeiros (Boa Vista e Jardim Valéria/Copacabana II) não existia qualquer tipo de serviços ou infraestrutura urbana, eram espaços cobertos por vegetação de mata fechada, e não tinham acessos diretos, que possibilitassem o uso de transportes, ainda que fossem carroças ou motos, isso no período inicial da ocupação. Foram, também, inicialmente ocupados por poucas. Já a parte estudada do bairro Cidade Modelo, por ter sido um espaço de ocupação por meio de um dos projetos de habitação popular da Prefeitura, teve uma estrutura mínima de limpeza e de arruamento, antes que os primeiros moradores a ocupassem. Esse último espaço, segundo a moradora mais antiga do local^{iv}, tratava-se de um “terreno baldio”, que servia como uma das lixeiras da cidade, e que foi recebido da Engenharia Construção Saneamento e Indústria Ltda. (ECOSANE) pela Prefeitura Municipal como pagamento por impostos atrasados, sendo transformado em um loteamento popular em 1999.

Após esse momento inicial de ocupação desses três espaços, o processo de formação dos mesmos tomou rumos bem diferentes. Assim, no Boa Vista, houve mais dois momentos de “invasão”, que preferimos chamar de ocupação. No primeiro, houve um número um pouco maior de pessoas, com relação à primeira ocupação, que se reuniram para ocupar essa área. No segundo, outros moradores sem residência na cidade

e em busca do onde morar, reuniram outras pessoas que se encontravam em situação semelhante, agrupando um número maior de famílias que o do primeiro momento dessa segunda ocupação, e ocuparam a área novamente^v.

Com relação ao Jardim Valéria/Copacabana II, o processo de ocupação se deu pelo parcelamento do solo pelo senhor Gildásio Cairo^{vi} e vendido a preços acessíveis à população pobre. Assim, antes mesmo da haver uma maior ocupação - nesse período eram em torno de dez famílias - a área foi dotada de infraestrutura, ainda que bem precária, pois foram feitas apenas as obras de arruamento e definição dos lotes, sem nenhum outro benefício, como água, luz, saneamento, pavimentação etc.^{vii}

No caso do Cidade Modelo, o processo de ocupação se deu de modo diferente das outras duas áreas estudadas. Essa, por se tratar de uma ocupação proveniente de um dos programas de habitação popular da Prefeitura de Vitória da Conquista, a ocupação ocorreu em um tempo curto (noventa dias) e de uma só vez.^{viii}

Essa realidade nos remete à questão que Faria (2004) traz sobre a necessidade de repensar o conceito de favela, uma vez que o acesso ao solo nesses espaços, com o tempo, passou a ser também por meio da venda, ao invés de ocupados a custo zero. A realidade desses bairros vem também a confirmar aquilo que Rodrigues (1988) sinaliza, quando aponta os motivos que dão origem à formação das favelas, que são justamente a necessidade da moradia e a luta pela sobrevivência e pelo direito ao uso do solo urbano pela população pobre, nas cidades capitalistas.

Portanto, foram áreas ocupadas por pessoas que lutavam pelos mesmos interesses/direitos supramencionados e que partilhavam de uma situação de moraria semelhante, seja via aluguel, seja “de favor”. As pessoas que vieram para o Cidade Modelo aproximam-se um pouco mais da realidade daquelas que habitam o Boa Vista, uma vez que eram pessoas com baixíssimo poder aquisitivo, ou seja, menor que o dos moradores do Jardim Valéria/Copacabana II, que puderam pagar, ainda que por preços bem baixos, pelo direito ao uso do solo urbano para moradia.

HABITAÇÃO E APROPRIAÇÃO: A REALIDADE DOS POBRES NA CIDADE

As transformações na cidade e no urbano, realçadas por diversos autores como Carlos (1994 e 2007), Damiani (2009), Lefebvre (1991), Limonad (2008) etc., nos encaminham à reflexão sobre como as mesmas interferiram(rem) no cotidiano dos

citadinos, a ponto de reconstruir uma nova relação desses com a cidade e com os moradores dessa. Essa discussão também aparece nas ideias de Sobrazo (2008), no momento em que o autor aborda a questão da apropriação por meio do “nível da realização da vida humana”, considerando o uso que as pessoas fazem desse espaço à medida que desenvolvem suas práticas cotidianas. Dessa maneira, essas pessoas constroem a identidade e o sentimento de pertencimento, bem como modificam e dão sentido a esses espaços.

A apropriação, com base nas ideias de Carlos (2007) e Lefebvre (1991), refere-se ao uso que os habitantes fazem da cidade e dos espaços públicos dessa, sendo, portanto, contrária ao valor de troca e à dominação, que limitam as práticas socioespaciais voltadas para a realização da vida humana enquanto ato social, coletivo e também individual (dentro da coletividade). Essa realidade pôde ser observada na prática, com a pesquisa de campo^{ix} desenvolvida nas três áreas supramencionadas

A habitação em Vitória da Conquista, segundo Almeida (2005) e Ferraz (2001), passou a ter maior visibilidade a partir da década de 1980, com a intensificação dos movimentos de luta pelo direito à terra urbana, por meio de ocupações de áreas pertencentes ao poder público e/ou ocupações de propriedades privadas “sem utilização”. A força alcançada por esses movimentos pressionou o poder público municipal a intervir na questão habitacional da cidade, ocasionando na criação do Programa Municipal de habitação Popular (PMHP). No entanto, a atuação desse restringe-se, basicamente, ao oferecimento de unidades habitacionais ou lotes em assentamentos municipais, não abrangendo, portanto, a problemática do habitar como um todo.

Assim, e ainda com base nas colocações das autoras, habitar em áreas pobres em Vitória da Conquista tem sido um desafio diário para essa população, tendo em vista a grande precariedade das áreas quanto ao provimento de infraestrutura, ao acesso à saúde, educação, transporte, lazer, trabalho etc. Essa realidade enquadra-se no perfil das áreas pobres da cidade, que estão sendo analisadas neste artigo.

Diante do exposto, pudemos constatar que o acesso à moradia pela população pobre nas áreas estudadas, se deu com base nas estratégias de manobra encontrada por essa, bem como pela interferência do poder público municipal. Desse modo, fica explícito que o acesso à terra urbana se deu com base em lutas populares, sejam elas de

atuação imediata e “independente” como no processo de ocupação do Boa Vista e o Jardim Valéria/Copacabana II, sejam junto ao poder público, cobrando do mesmo os frutos da conquista de lutas populares anteriores que foram decisivas na criação do PMHP (Cidade Modelo).

Em se tratando da questão do trabalho e da renda familiar dessa população, a realidade apresentada em cada área foi divergente. No Boa Vista, na maioria das famílias entrevistadas os que trabalhavam eram, geralmente, prestadores de serviços, apresentando um número relativamente próximo de trabalhadores autônomos e com carteira assinada. Já no Jardim Valéria/Copacabana II, o cenário muda, com relação à essa área, devido à quantidade maior de pessoas trabalhando como autônomo, seguido daqueles que trabalhavam com carteira assinada e em menor quantidade como prestadores. Com relação ao Cidade Modelo, segue o mesmo perfil do Cidade modelo, porém com um número bem mais baixo de prestadores.

A questão do trabalho foi levantada pelos moradores, especialmente dos barros Jardim Valéria/Copacabana II e Cidade Modelo, como um dos maiores problemas do cotidiano, como realça duas moradoras desse segundo bairro, ao diz que: “A vida aqui é difícil. A gente tem que fazer malabarismo pra poder sobreviver aqui. A maior dificuldade é trabalho”; “Empregado mesmo não tem ninguém. Estão fazendo bico. Uns ajudante de pedreiro, outros abre uma foça aqui, faz uma coisinha ali, e assim por diante, que são os dois filhos”^x. Desse modo fica claro o quanto a questão do trabalho aparece como um problema no cotidiano dessas famílias. É um problema que desencadeia em vários outros, como o da renda e, conseqüentemente, da saúde, uma vez que determina a alimentação familiar, do lazer, da locomoção e, não obstante, da apropriação dos espaços da cidade, como discutido por Carlos (2007).

No que tange à questão da educação, a área que passa por maiores transtornos é o Boa Vista, pois as escolas públicas estão localizadas mais distantes. Nas outras áreas, ocorre o mesmo com relação aos níveis médio, técnico e superior. Esse problema é agravado pela dificuldade de acesso ao serviço de transporte, seja ele coletivo, privado ou público (escolar). Alguns moradores do Cidade Modelo levantaram a questão da falta de acessibilidade das escolas, o que dificulta o acesso à educação, especialmente quando associado à falta de ônibus, devidamente equipados com elevadores para cadeirantes, que circulem na área.

Com relação à questão do nível de escolaridade, pôde ser observado, nos três campos de pesquisa, a ocorrência de um índice elevado de pessoas com o nível fundamental e de analfabetos. Isso se deve em parte à grande quantidade de crianças por família e de adultos em um desses níveis de escolaridade. Quando questionados sobre a continuidade dos estudos, pelos adultos, muitos disseram que trabalhavam o dia todo e às vezes até parte da noite e por isso chegavam muito cansados em casa. Isso acrescido ao fato das escolas serem longe. Esses argumentaram ainda que, por ficarem muito cansados e acabarem dormindo durante as aulas ou não conseguindo compreender o conteúdo, compensava mais ficar em casa, por isso deixaram as salas de aula.

Sendo assim, a questão da educação para essas pessoas torna-se um grande obstáculo a ser ultrapassado, pois se vêem diante da necessidade de aprimorar seus estudos e sua qualificação para atenderem às exigências do mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, se vêem esgotados pela árdua jornada de trabalho, que, na maioria das vezes, não lhes garante a renda suficiente para manterem suas famílias e alcançarem melhores condições de vida. Rodrigues (1988) discute sobre essa questão do esgotamento dos trabalhadores por jornadas de trabalho excessivas, ou por trabalhos extremamente pesados que leva-os a fazer do horário de lazer e investimento em si, em tempo de reposição das forças para mais um dia de serviço exaustivo.

Com relação ao serviço de saúde é notável, nas três áreas, a insatisfação e os transtornos causados pela precarização desse serviço básico à vida. Além da precarização quanto ao atendimento e ao acesso ao serviço como um todo, soma-se a isso a problemática da localização dos postos e hospitais públicos, que estão distantes desses bairros. Diante disso, nota-se a forma como a população vem sendo furtada dos seus direitos ao acesso aos serviços públicos que atendam às necessidades da mesma, quanto aos serviços de saúde.

Muitos moradores, e isso foi constatado nas três áreas, disseram que as agentes nunca passaram em suas casas, ou o fazem muito raramente, chegando a ficar 6 meses ou mais sem fazer a visita domiciliar quando, segundo Dr^a. Deyse Samara B. de Matos^{xi}, essa deveria ser realizada no mínimo uma vez por mês, pelos agentes de saúde da unidade de saúde responsável pelo atendimento na zona de abrangência da mesma.

No Boa Vista, alguns moradores chegaram a mencionar um fato que ocorreu nesse ano de 2011, quando um médico foi fazer atendimentos na igreja da localidade e

muitas pessoas não foram se consultar, sendo que precisavam passar por essa, por não terem sido avisadas de que o médico estaria atendendo naquela manhã, o que só ocorreu quando o médico já estava retornando à unidade de saúde. Esse acontecimento mostra a fragilidade e deficiência desse “elo” que deveria estar sendo estabelecido pelo agente de saúde entre a comunidade e a unidade de saúde.

A luta pelo direito ao acesso ao serviço de energia elétrica, essa foi bastante árdua nas três áreas estudadas, apesar de que a população do Jardim Valéria/Copacabana II, tem se mostrado mais passiva, enquanto que as outras duas têm, ao que parece, lutado com mais veemência pelos seus direitos, desde o início da formação dessas áreas. A iniciativa predominante nessa luta, por parte dos moradores, foi a criação de “gatos de energia” que, mesmo sendo uma medida “ilegal”, foi a forma que esses moradores encontraram para pressionar a empresa que fornece o serviço, a Companhia de Eletricidade da Bahia – Coelba, e, no caso específico do Cidade Modelo, foram feitos, também, protestos públicos, até o momento em que conseguiram o oferecimento do serviço.

Essa realidade, nos direciona à discussão que Carlos desenvolve sobre a cidade e o processo de urbanização, em que coloca a questão de ainda haver no Brasil a necessidade da “luta por condições mínimas de vida, por direitos básicos já amplamente conquistados naqueles países (ditos desenvolvidos)” (CARLOS, 1994, p. 33).

Quanto ao acesso à água potável, os moradores das duas primeiras áreas, passaram por muitas privações em seu cotidiano com a falta do oferecimento desse serviço, tendo que utilizar de diversos “malabarismos”. No caso dos moradores do Boa Vista, esses precisaram tomar a iniciativa de utilizar de negociações e parcerias com a Empresa de Águas e Saneamento Básica – EMBASA, responsável pela prestação desse serviço na cidade, para só então obterem o acesso ao serviço.

Durante o período em que esses moradores ficaram sem acesso à água, eles buscavam suprir essa ausência, com o uso de cisternas coletivas, doações de pessoas que se sensibilizavam e, no caso do Jardim Valéria/Copacabana II, por meio do abastecimento com o caminhão pipa pela Prefeitura. No entanto, essa realidade vivenciada logo no início da ocupação das áreas, não está tão presente no cotidiano atual dessa população. Com ressalvas para parte da população dessa segunda, em que em algumas ruas a água não é fornecida de modo permanente durante o dia todo. Sendo

assim, essa problemática do oferecimento do serviço de água encanada em casa, ainda é vivenciada por alguns moradores desse espaço em seu cotidiano.

Em se tratando da falta de pavimentação, essa é uma das questões que também têm gerado muitos transtornos à população dessas três áreas. Os moradores reclamam das consequências provenientes dessa como: 1) a impossibilidade de implantação dos serviços farmacêuticos (Farmácias), por conta da poeira, o que acaba por ocasionar a necessidade de deslocamento desses moradores para outras áreas da cidade para terem acesso a esse serviço; 2) a poeira nos períodos de estiagem e os alagamentos, acumulação de água em poças, e a lama, que contribuem para o agravamento de doenças, principalmente respiratórias no caso da primeira situação.

Em campo, foi constatada que nos bairros Jardim Valéria/Copacabana II e Cidade Modelo, o serviço de esgotamento sanitário já foi iniciado, tendo passado pela primeira fase, de implantação da tubulação, estando no processo de espera da ligação da rede doméstica à caixa receptora. No entanto, alguns moradores disseram que não têm condições de pagar por essa ligação, tanto à empresa quanto a um pedreiro. Outros disseram que eles próprios iriam fazer o serviço, já que não tinham como pagar.

Essa realidade encontrada em campo nos remete à prática da autoconstrução colocada por Rodrigues (1988) e Carlos (2007), como saída para a obtenção de um serviço básico, bem como as dificuldades diante da falta de condições de pagar e até mesmo de autoconstruir. Quanto ao Boa Vista, pôde ser observado também que a implantação desses serviços não foi realizada.

Assim, esse problema seminal relatado pelos moradores desses espaços, quanto à ausência de esgotamento sanitário, desencadeia outros, como a necessidade de recorrer a outras formas de escoamento dos dejetos, sendo as fossas sépticas as utilizadas nas áreas estudadas. Daí o entupimento e desmoronamento dessas serem um problema enfrentado por essas pessoas em seu cotidiano. No caso do Boa Vista, essa situação se agrava mais ainda, pois há a ausência de espaço para abrir outras fossas.

Soma-se a isso, a falta de um canal de escoamento de águas pluviais, que acaba por ocasionar o alagamento de algumas casas no período das chuvas, nos bairros Boa Vista e Cidade Modelo. No caso do primeiro, em algumas ruas, esse problema foi solucionado pelos próprios moradores que se reuniram e construíram um bueiro, já que as condições da área permitiram que esse canal pudesse ser construído de forma

simples, com o direcionamento da água para o rio Verruga; outros moradores construíram becos laterais para o escoamento de água, sendo esse problema, nesse caso, resolvido parcialmente. No segundo, os moradores não têm como construir esses becos ou abrir bueiros, uma vez que o fundo de uma casa é o limite do fundo de outra. Assim, a situação se agrava bastante durante os períodos chuvosos, causando vários transtornos.

Outro ponto também muito mencionado pelos moradores dos três bairros foi a situação do transporte coletivo, que, além de ser insuficiente, apresenta péssimas condições de manutenção, e o valor elevado das tarifas limitam bastante esse acesso, uma vez que a maior parte dessas pessoas não pode pagar por esse serviço. Para o morador, isso dificulta o acesso ao trabalho, educação e locomoção dentro da cidade.

Os problemas com o transporte coletivo, no entanto, adquirem um caráter um pouco diferenciado em cada área. Enquanto que nos bairros Boa Vista e Jardim Valéria/Copacabana II os problemas estão mais associados à questão da quantidade de veículos, especialmente nos horários de ida e retorno da escola, às condições de conservação, de insatisfação com os funcionários (no caso do Jardim Valéria/Copacabana II) e de falta de prestação do serviço após o horário das 22hs (no caso do Boa Vista); no Cidade Modelo, o maior problema está no alto custo da tarifa, que também é um problema colocado pelos moradores das outras áreas, porém aparece com maior intensidade nesse bairro. Sendo assim, o transporte coletivo assume, nessas áreas, um caráter negativo quanto ao direito de apropriação dos espaços da cidade, ao direito de ir e vir em segurança.

A segurança pública também foi um dos problemas bastante realçados pela população dos bairros Jardim Valéria/Copacabana II e Cidade Modelo. Eles se sentem desprotegidos e ameaçados pelos próprios profissionais que, teoricamente, deveriam proporcionar-lhes segurança. Nesse sentido, é relevante destacar uma questão colocada pelos moradores do primeiro bairro, que foi o sentimento de proteção vindo dos traficantes e não dos policiais. Assim, nesse espaço, além dos moradores se verem tomados pelo medo e pela insegurança, face à presença dos conflitos gerados pelo tráfico de drogas, como no segundo, ainda sofrem com a má atuação dos policiais que, segundo os mesmos, tem sido frequente.

Com relação ao Boa Vista, essa questão não foi apontada como um problema. Segundo os moradores, apesar de ter pouca ronda policial, é uma área “tranquila”, em

que não é comum ter assaltos ou roubos. Portanto, diferentemente dos outros bairros, esse parece não apresentar problemas com relação à segurança pública, não passando, desse modo, pelos vivenciados diariamente pela população das outras duas áreas.

Quanto à questão do lazer nas áreas estudadas, observamos que esse se limita: 1) às atividades em domicílio; 2) a extensão da rua como área utilizada pelas crianças, em que as brincadeiras acontecem e pelos adultos como o local do encontro; 3) aos campos de futebol, às vezes improvisados, em que ocorrem os torneios; 4) aos bares, onde quase sempre há mesas de sinuca e as atividades realizadas pelos próprios moradores; 5) e, no caso específico do Boa Vista, a programação especial do dia das crianças. Portanto, o lazer das pessoas que habitam esses espaços é proporcionado pela própria população, utilizando de meios e estruturas improvisadas ou criadas por eles. É importante realçar outra questão presente nessas áreas, que é a busca pelo lazer fora do espaço da cidade, geralmente associado aos locais de moradia anterior ou a locais onde trabalharam e mantem amigos.

Desse modo, é notável a restrição dos espaços de lazer utilizados pela população dessas três áreas, ao próprio local de moradia (a casa e suas adjacências), e os espaços localizados fora dos limites da cidade, sendo que são raros os casos de uso dos espaços públicos urbanos. Isso se deve à questões como a dificuldade de locomoção, à impossibilidade de pagar pelo lazer privado etc., diminuindo a apropriação dessas pessoas dos espaços da cidade, como discutido por Carlos (2007).

Diante do exposto, é possível constatar que as pessoas que vivem nessas áreas passam por todo o processo de negação dos direitos básicos à reprodução digna da vida humana, nos termos colocados anteriormente. Portanto, são pessoas que diariamente têm de viver buscando encontrar manobras que amenizem a realidade imposta pela negação desses direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar sobre o processo de favelização em áreas pobres em uma cidade capitalista, requer a análise do processo histórico, bem como dos motivos que levaram à formação das mesmas. Essa discussão envolve ainda outras questões como os processos de apropriação, segregação e periferização, os quais contribuem para o entendimento de

como tem sido o acesso dessa população pauperizada aos direitos básicos de reprodução digna da vida humana.

Vitória da Conquista, não estando fora da lógica capitalista que adentrou às cidades, passou pelas transformações urbanas decorrentes da industrialização, em que o valor de uso foi subjugado pelo valor de troca. Assim, apresenta em sua dinâmica a formação de favelas, que surge, a priori, como saída para o acesso a um dos direitos básicos à vida que é o direito à moradia, por parte dos pobres. No entanto, essas são também o lócus da materialização da negação do direito à cidade, ao urbano e a tudo que esses abarcam, à população que as habitam.

Sendo assim, o modo de vida dos moradores das áreas estudadas, e o processo de formação das mesmas, que tem sua origem nas transformações decorrentes do processo de urbanização-industrialização, expressa a luta diária pela sobrevivência diante da condição de negação dos direitos básicos supracitados. Portanto, com base nesses pressupostos, foi possível constatar que essas áreas estão passando pelo processo de favelização, nos modos colocados neste artigo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Miriam Cléa Coelho. **Produção sócio-espacial da habitação popular nas áreas de assentamentos e ocupações na cidade de Vitória da Conquista/BA**, 2005. 191.:il. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, UFBA, Salvador/BA, 2005.

ALVES, Gracielle Jones. 2011. **Da aparência da forma à essência do conteúdo: pensando o processo de favelização em Vitória da Conquista/BA**, 2011. 80f. Monografia (Licenciatura em Geografia)–Departamento de Geografia, UESB Vitória da Conquista/BA, 2011

ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente; SANTOS, Paulo Diniz dos. Pobreza nas cidades médias brasileiras. In: ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente (Org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 251- 292.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo. Edição eletrônica: LABUR, 2007, 123 p.

_____. **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 1994.

DAMIANI, A. L. A urbanização crítica na metrópole de São Paulo a partir de fundamentos da geografia Urbana. In: **Anpege**, 5., p. 51-70, 2009

FARIA, T. C. de A. **Favelas na periferia: (re)produção ou mudança nas formas de produção e acesso à terra e moradia pelos pobres na cidade do Rio de Janeiro nos anos 90.** Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, UFRJ, Rio de Janeiro/RJ, 2004.

FERRAZ, A. E. de Q.. **O espaço em movimento: o desvelar da rede nos processos sociotécnicos do sistema de saúde de Vitória da Conquista – Bahia.** 2009, 253f. : il. Tese (Doutorado em Geografia)- Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão/SE, 2009.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Moraes, 1991.

LIMONAD, Ester. Urbanização dispersa mais uma forma de expressão urbana? In: **Revista Formação.** Unesp, Presidente Prudente, 14., p. 31- 45. 2008

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras.** São Paulo: Contexto, 1988. 78p .

SOBARZO, Oscar . As cidades médias e a urbanização contemporânea. In: **Cidades.** Presidente Prudente, v. 8, p. 277-292, 2008.

_____. A produção do espaço público: da dominação à apropriação. In: **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, 19, 2006, p. 93 – 111.

TORRES, Haroldo da Gama; MARQUÊS, Eduardo; FERREIRA, Maria Paula e BITAR, Sandra. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. São Paulo. In: **Estudos Avançados** 17 (47), 2003.

ⁱ Este artigo foi feito com base no trabalho monográfico Da aparência da forma à essência do conteúdo: pensando o processo de favelização em Vitória da Conquista/BA. Ver Alves (2011).

ⁱⁱ D. M. moradora mais antiga da área 1 e D. B. moradora mais antiga da área 2 durante entrevistas realizadas em pesquisa de campo em 2011.

ⁱⁱⁱ Rui Medeiros professor e pesquisador da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. No bairro Boa Vista foram realizadas 15 entrevistas e nos bairros Jardim Valéria/Copacabana II e Cidade Modelé trinta entrevistas, durante pesquisa de campo em 2011.

^{iv} D. D. moradora mais antiga da área 3 durante entrevista realizada em pesquisa de campo em 2011. Esse fato foi confirmado com as entrevistas realizadas com outros moradores.

^v Segundo moradores entrevistados durante a pesquisa de campo, em 2011.

^{vi} Loteador.

^{vii} Informações obtidas por meio da entrevista realizada com D. B. moradora antiga da área, durante pesquisa de campo em 2011.

Informações obtidas por meio da entrevista realizada com D. B. moradora antiga da área, durante pesquisa de campo em 2011.

^{viii} Entrevistas realizadas com D. D., moradora antiga da área 3 e outros moradores, em 2011.

^{ix} Realizada em 2011.

^x Moradoras da área 3 durante entrevistas realizadas em pesquisa de campo em 2011.

^{xi} Ccoordenadora da Atenção Básica da Secretaria Municipal de Saúde (SMS).